

Entrevistas

Edição comemorativa dos 25 anos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG (1994-2019)

Entrevistas com ex-coordenadores e coordenadora atual do PPGE

O ano de 2019 marca os 25 anos de existência do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O Mestrado em Educação teve início no ano de 1994. Nesses 25 anos, vários docentes contribuíram para a consolidação do PPGE, que oferta, atualmente, Mestrado e Doutorado e tem recebido docentes de outras instituições para a realização de estágio de Pós-Doutorado. Como parte das comemorações relativas aos 25 anos do PPGE, a coordenação, os docentes e a equipe editorial da Práxis Educativa propuseram a publicação de entrevistas com ex-coordenadores e com a atual coordenadora¹. O objetivo dessa publicação é registrar um pouco da história do PPGE da UEPG, a partir da visão de docentes que, em algum momento, assumiram a função de gestão do PPGE.

Ao publicarem as entrevistas, o PPGE e a Práxis Educativa reiteram os sinceros agradecimentos a todos/as aqueles/as que fizeram e fazem parte da história deste Programa.

Prof. Dr. Ivo José Both (1994 a 1998)

PE: Qual a importância e o significado do Mestrado/Doutorado em Educação da UEPG para a instituição e para a comunidade?

IJB: A UEPG foi a instituição que se firmou na vanguarda da implantação e da implementação de cursos em nível superior na região dos Campos Gerais, com forte apelo inicialmente na Graduação e, na sequência, em cursos de Pós-Graduação em nível *lato sensu*.

¹ Ao longo dos seus 25 anos de existência, o PPGE da UEPG foi coordenado por Ivo José Both, Mariná Holzmann Ribas, Ademir José Rosso, Esméria de Lourdes Saveli, Luis Fernando Cerri, Jefferson Mainardes, Célia Finck Brandt, Névio de Campos e Simone de Fátima Flach. Entre os docentes que exerceram a função de vice-coordenação, destacamos: Ademir José Rosso, Maria Virginia Bernardi Berger, Priscila Larocca, Luis Fernando Cerri, Jefferson Mainardes, Gisele Masson, Ana Lucia Pereira, Rita de Cássia da Silva Oliveira e Simone Flach.

Na condição de município exponencial em termos de desenvolvimento econômico e social, dentre os demais municípios que compunham a região de sua influência direta, firmou-se a convicção de que Ponta Grossa deveria dar um passo à frente em termos educativos com a implantação de um primeiro programa de Pós-Graduação igualmente em nível *stricto sensu*.

Assim sendo, partiu, de modo especial, do corpo docente dos departamentos de Educação e de Métodos e Técnicas de Ensino, a iniciativa de criação de Programa de Mestrado em Educação. Tal iniciativa teve como fonte grandemente propulsora a larga experiência que a UEPG vinha acumulando há vários anos com a implementação de cursos de Pós-Graduação em nível *lato sensu*.

O Programa de Mestrado em Educação, como iniciativa pioneira em nível *stricto sensu*, virou notícia de primeira linha nos principais meios de comunicação ponta-grossenses bem como nos meios educativos. Tal fato surtiu reações positivas de imediato mediante três expressivos argumentos:

a) um de ordem social, quando as populações de todas as vertentes sociais renderam efusivas homenagens ao fato de Ponta Grossa ter sido guindada ao nível acadêmico mais elevado na região com programa de Pós-Graduação *stricto sensu*;

b) um outro de não menor importância do que o primeiro, em que os meios educativos renderam homenagens pelo fato de que a Educação, em todos os seus níveis escolares, teria, doravante, oportunidade ímpar de formação continuada em grande estilo a ser ofertada com benefícios que irradiariam de Ponta Grossa para os demais municípios circunvizinhos seus; e

c) para a própria UEPG, a oferta de Programa de Mestrado em Educação vem representando incentivo ímpar igualmente aos demais cursos de Graduação, com vistas à programação de cursos tanto de Mestrado quanto de Doutorado, o que ficou confirmado na sequência.

Ressalte-se que todos os níveis escolares da região de abrangência direta da UEPG ficam fortemente valorizados e favorecidos com o célere aumento de recursos humanos qualificados em nível *stricto sensu* na área educacional.

No tempo presente, a oferta de cursos em nível *stricto sensu* prolifera em todas as áreas de conhecimento da UEPG, contribuindo de forma ampla na retenção de candidatos na própria região, praticamente sem necessidade de deslocamentos a outras instituições para o desenvolvimento de estudos.

PE: Quais os principais desafios que você enfrentou na sua gestão como coordenador do PPGE/UEPG?

IJB: Praticamente toda nova iniciativa educativa depara-se, muitas vezes, com fatores pró e contra o seu normal desenvolvimento. E o Programa de Mestrado em Educação da UEPG não fugiu à regra, visto ter sido essa uma primeira experiência institucional em nível *stricto sensu*, em que vários fatores contribuíram, inicialmente, na imposição de naturais dificuldades, entre elas:

a) pouca experiência pregressa na gestão de um programa educacional em nível *stricto sensu*;

b) as atividades secretariais e as de ordem acadêmica foram paulatinamente levadas a bom termo mediante soluções criativas;

c) ainda sem recursos humanos próprios suficientes para a implementação de um programa de Pós-Graduação em nível *stricto sensu*, recorreu-se à contratação de professores oriundos de várias instituições de reconhecido renome acadêmico como da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

No entanto, essas eventuais dificuldades de ordem administrativa e acadêmica foram rapidamente abrindo espaço a bons e efetivos resultados educativos. Aponte-se, nessa linha de pensamento, o bom desempenho do experiente corpo docente, bem como a excelência de produção dos mestrandos na relação com a conclusão de dissertações de bom nível técnico e científico.

Entendeu-se, à época, que, se nem todos os objetivos inicialmente traçados para a consecução de um primeiro programa de Mestrado pudessem ser cumpridos na íntegra e em tempo hábil, ao menos a boa qualidade dos resultados alcançados constituíssem verdade incondicional. No entanto, a antecipação de bons resultados na relação corpo docente e discente propiciou o encurtamento dos espaços de tempo para que essa realidade se concretizasse.

Com a implantação e a implementação de um primeiro Mestrado, o de Educação, os principais desafios acadêmicos de ordem educativa e administrativa deram abertura a novas e renovadas oportunidades acadêmicas.

PE: Quais as principais conquistas obtidas na sua gestão como coordenador?

IJB: Entendo que uma das principais contribuições verificadas durante a coordenação desse Mestrado pioneiro tenha sido a efetiva consolidação, de vez, da pesquisa científica na UEPG. Tal fato ocorreu em especial pela qualificada produção científica do corpo docente do Mestrado, que, naturalmente, serviu de incentivo a que professores em cursos de Graduação perseguissem o mesmo caminho científico. Essa realidade foi publicamente revelada em grupos de professores de diferentes áreas do conhecimento durante debates acadêmicos.

O Mestrado em Educação, primeiro do gênero na região dos Campos Gerais, foi merecedor de toda a atenção acadêmica possível desde o início do seu funcionamento, com vistas a lhe fomentar a necessária credibilidade qualitativa, tendo em vista a proposição de Doutorado também em Educação logo ali adiante.

Após o primeiro ano de funcionamento do Mestrado em Educação, foram estabelecidos regulares debates, em especial com relação às linhas de pesquisa e das ementas das disciplinas, como possibilidades avaliativas a respeito do nível de propriedade científica com que o programa estava sendo implementado.

Revistas científicas da UEPG, por incentivo direto e indireto do Programa de Mestrado em Educação, igualmente foram brindadas com trabalhos de teor científico gradualmente melhorado, não tanto na forma endógena, mas, em especial, por conta de articulistas de outras instituições de Ensino Superior.

A elaboração e a consolidação de rotinas tanto de ordem administrativa quanto acadêmica, ainda que possam parecer fatos de menor importância em um contexto de Pós-Graduação em nível *stricto sensu*, tornaram-se paulatinamente modelos reproduzidos em outros Mestrados da UEPG, bem como de Mestrados de instituições diversas, segundo depoimentos exarados.

PE: Quais as contribuições do PPGE para a UEPG e para a Educação Básica da região dos Campos Gerais?

IJB: Tanto a UEPG quanto a Educação Básica da região dos Campos Gerais foram e estão sendo merecedoras de inúmeros benefícios da ordem científica, em especial.

A UEPG, mormente os cursos de Graduação, estão contando com os benefícios de/com:

- a) novos professores em alto grau científico;
- b) profissionais de mentalidade científica renovada;
- c) produção científica com ressonância acadêmica em nível regional, estadual, nacional e internacional;
- d) progressivo aumento de mentalidade científica;
- e) perene incentivo à formação continuada.

A região dos Campos Gerais, em especial a Educação Básica, é brindada com benefícios de alto valor educativo, como, entre outros mais:

- a) presença de elevado índice de professores com formação em nível *stricto sensu*;
- b) oportunidade de divulgação de produção em revistas altamente qualificadas;
- c) participação amiúde em eventos de formação continuada;
- d) oportunidade de participação sequencial em palestras sobre temas educativos relevantes na região por palestrantes renomados;
- e) acesso à legislação educacional atualizada;
- f) oportunidade de participação em grupos de pesquisa científica;
- g) contribuição no desenvolvimento de programa de avaliação da Educação Básica.

Tanto a UEPG, como instituição formadora em ação continuada, quanto a Educação Básica, como favorecida principal, recomendam atuação conjunta no desenvolvimento de políticas educativas de excelência, mediante ações mediadoras do PPGE.

PE: Como foi o processo que desencadeou a criação do Mestrado em Educação da UEPG (o primeiro curso da instituição)?

IJB: A UEPG, por meio de ação conjunta do seu Departamento de Educação e do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, vinha, por longos anos, amadurecendo a ideia de criação de Mestrado em Educação, principalmente na medida em que os cursos de Pós-Graduação em nível *lato sensu* vinham se consolidando em quantidade e qualidade.

No entanto, a carência de docentes com qualificação compatível do quadro próprio da UEPG para a composição de um Programa de Mestrado em Educação fez com que fosse necessário recorrer a outras instituições de Ensino Superior. Foi daí que as contratações de professores foram se sucedendo, em especial, junto à UNICAMP, à UFPR e à PUCPR.

Os critérios de escolha dos docentes dessas instituições de ensino obedeceram a formato técnico e científico:

a) por critério técnico, foram requisitados professores com boa experiência docente nas disciplinas que a eles seriam confiadas;

b) por critério científico, foram contratados professores com adequação formativa com as disciplinas sob as suas responsabilidades bem como observado o nível de produção na área por cada docente.

Na medida em que os professores da casa iam retornando da conclusão de seus respectivos programas de Doutorado, as substituições dos docentes contratados iam se formalizando.

PE: Por favor, deixe uma mensagem para os atuais (e futuros) docentes e estudantes do PPGE da UEPG, a partir de sua experiência como docente, pesquisador e coordenador.

IJB: Aos docentes e aos estudantes do PPGE da UEPG, almejo que continuem a cultivar o merecido orgulho que vem devotando à essa instituição de Ensino Superior de tão elevado valor social e acadêmico. A responsabilidade docente revela-se na produção científica com os estudantes que, por sua vez, se esmeram em ser educadores de excelência na sociedade e, em especial, no meio educativo.

Mesmo que, vez por outra, algum embaraço acadêmico teima em desajustar o estado anímico de educadores e de estudantes, assim mesmo sempre terá valido a pena revigorar os ânimos em prol da produção de ordem científica de maneira ainda mais contundente, tanto em quantidade como em qualidade.

Não posso deixar de referenciar a atual coordenação e seus colaboradores docentes e pessoal de apoio técnico pelo inestimável serviço administrativo e pedagógico que vem prestando à Pós-Graduação em Educação da UEPG, acrescentando-lhe melhorias de toda ordem que lhe assegurem o bom nível científico.

Aos futuros coordenadores bem como ao corpo docente e pessoal de apoio, é desejo que se sintam orgulhosos ao integrarem um Programa de Pós-Graduação em Educação de tão grande importância social e educativa quanto este da Universidade Estadual de Ponta Grossa, acrescentando-lhe ainda melhores resultados do que os que estão ocorrendo.

O benefício social da Pós-Graduação em Educação no âmbito regional é questão fundamental; no entanto, a sua gradual imposição qualitativa estadual e nacionalmente também poderá revelar importantes consequências de ordem acadêmica.

As primeiras gestões que já deixaram o seu legado na implementação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG tiveram a satisfação de terem iniciado este Programa com grande orgulho acadêmico, apontando-lhe os primeiros passos na direção dos caminhos que o programa ora vem trilhando.

Prof. Dr. Ademir José Rosso (2002-2006 e 2008-2010)

PE: Qual a importância e o significado do Mestrado/Doutorado em Educação da UEPG para a instituição e para a comunidade?

AJR: Para a UEPG, foi o primeiro Programa *stricto sensu* e, na sua fase inicial, atendeu de maneira expressiva à titulação das demandas internas. Em seu início até a sua aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), possuía algumas características de Minter com Curso de Atualização, pago, voltado prioritariamente ao Ensino Superior. Apesar desse desenho, contava com um grupo expressivo de docentes da Instituição da Área da Educação e das Ciências Humanas, ao mesmo tempo que investia no doutoramento de docentes na Área da Educação para diminuir a dependência de docentes externos.

A iniciativa de criar o Programa de Educação também favoreceu as condições institucionais para o desenvolvimento da pesquisa no Setor de Ciências Humanas e de outros Programas. As dificuldades e os limites presentes, no início, foram sendo vencidos na medida em que, no interior do Programa, trabalhava-se para atender aos Documentos da Área e às orientações da Comissão de Avaliação, enquanto, no contexto institucional, alteravam-se os regulamentos e o contexto da pesquisa.

PE: Quais os principais desafios que você enfrentou na sua gestão como coordenador do PPGE/UEPG?

AJR: Os desafios foram: adequar o Programa ao Documento da Área; firmar a prática e a estrutura de um Programa de Pesquisa; migrar de um modelo de Curso pago voltado às demandas Institucionais para o de Programa Gratuito voltado para a Educação Básica; superar o modelo de pesquisa regional para a visão cosmopolita.

PE: Quais as principais conquistas obtidas na sua gestão como coordenador?

AJR: Do Programa. Manter o credenciamento do Programa junto à Capes e ampliar o seu conceito. Dar continuidade às alterações em curso que possibilitassem a passagem da sua fundação inicial, voltando-se também para a Educação Básica e para com candidatos com formação e/ou atuação no campo educacional. Promover a mudança de Curso para a de Programa de Pesquisa articulado nas Linhas de Pesquisa. Reestruturar a Proposta do Programa considerando o perfil dos professores existentes na época em uma Proposta capaz de manter-se e absorver os recursos que ainda estavam em processo de formação. Promover o crescimento das Linhas de Pesquisa e manter o equilíbrio entre elas. Refazer o Regulamento do Programa, de modo a seguir os parâmetros dos Documentos da Área. Introduzir, no Currículo do Programa, a centralidade do Núcleo de Atividades e do Grupo de Pesquisa e Publicações e Participação nos Eventos do Programa. Promover, entre docentes e discentes, a cultura de Permanência no espaço do Programa. Filiar-se à Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd).

Do Processo Seletivo. Associar o processo seletivo e a oferta de vagas ao desempenho dos docentes e fluxo de orientação. Fazer o Processo Seletivo a partir da capacidade de pesquisa instalada, indicando as temáticas de orientação de cada docente. Implantar a prova escrita a partir das demandas de orientação, estudo e escritas exigidas na orientação. Estabelecer gradativamente um equilíbrio entre as demandas internas dos Projetos de Pesquisa do Programas e as emergências presentes no meio educacional.

Do Corpo Docente. Ampliar o tempo médio de permanência dos professores no Programa. Promover o ingresso de docentes no Programa mediante processo de credenciamento. Implantar a cultura de credenciamento e de avaliação permanente dos docentes com os critérios dos Documentos da Área e dos conceitos buscados pelo Programa.

Do Corpo Discente. Melhorar o tempo médio de titulação a partir das metas associadas à avaliação dos discentes presentes nos Documentos da Área. Estimular a participação dos discentes em eventos e a publicação das pesquisas realizadas.

Produção acadêmica. Ampliar e regularizar as publicações, dando ênfase à publicação de artigos em periódicos bem avaliados.

PE: Quais as contribuições do PPGE para a UEPG e para a Educação Básica da região dos Campos Gerais?

AJR: O seu início contribuiu para a UEPG elevar os níveis de titulados e as mudanças e/ou criação dos regulamentos de Pesquisa e Pós-Graduação. Com o passar do tempo, a Educação Básica passou a ser focalizada na maioria das pesquisas e dos candidatos selecionados.

PE: Durante a sua gestão, como foi tratada a questão da necessidade de superação da visão de Curso de Mestrado para a concepção de Programa de Pós-Graduação em Educação, que envolve a institucionalização da pesquisa, grupos de pesquisa, produção acadêmica regular, etc.?

AJR: Essa foi a questão central e foi respondida nas questões anteriores.

774

PE: A avaliação dos Programas de Pós-Graduação no Brasil é sempre uma preocupação central das Instituições, coordenadores, corpo docente. Na última avaliação quadrienal (2013-2016), cujos resultados foram divulgados em 2017, o PPGE da UEPG foi avaliado com nota 5. No período de sua gestão como coordenador, quais as principais ações que foram realizadas para atender aos padrões da avaliação da Capes?

AJR: Priorizar a pesquisa e a publicação de qualidade; criação da revista *Práxis Educativa*; manter a centralidade do Programa no diálogo com as demandas educacionais; tratar os quesitos de avaliação em conjunto, de maneira integrada. O padrão seguido era o de retomar as indicações da avaliação, promover os ajustes necessários e pactuar metas de crescimento com os docentes do Programa. A avaliação é feita em parâmetros públicos e a cada relatório anual a Coordenação tem um diagnóstico do Programa e pode promover os ajustes necessários.

PE: Após o reconhecimento do curso e a reestruturação em 2003/2004, quais foram os principais desafios e como foi esse processo que resultou nas duas linhas ainda existentes?

AJR: No período, o fluxo docente no Programa era acentuado, com tempo médio de permanência bem inferior ao atual. Esse processo resultou da análise do perfil de formação e atuação do corpo docente com as demandas dos projetos que chegavam ao Programa. Foram necessárias muitas adequações e esforços de composição para alcançar o equilíbrio possível entre as linhas de pesquisa e a permanência do corpo docente existente e com os novos credenciamentos.

PE: Por favor, deixe uma mensagem para os atuais (e futuros) docentes e estudantes do PPGE da UEPG, a partir de sua experiência como docente, pesquisador e coordenador.

AJR: A centralidade de um Programa de Pós-Graduação é a Pesquisa. Se a pesquisa funciona e tem metas claras, os demais indicativos serão alcançados. Ligado a esse ponto, está a orientação das pesquisas em referenciais teóricos e procedimentos metodológicos coerentes e consistentes nos Grupos de Pesquisa que integrem os pós-graduandos, a Iniciação Científica e professores da Educação Básica.

Para serem alcançadas, a estabilidade e a continuidade dos pesquisadores, das pesquisas, das Linhas de Pesquisa e do Programas de Pesquisa exigem um tempo. Inicialmente, é o esforço do pesquisador de encontrar o seu espaço, colocando-se na História do Programa e da Linha de Pesquisa em que se credencia. São muito raros os casos em que um pesquisador entra em um Programa e continua estudando e pesquisando exatamente o que fez em seu Doutorado. Há um tempo necessário para adequações e concessões até haver uma convergência de metas.

Um Programa depende muito da cooperação e da corresponsabilidade entre os seus professores e alunos. À Coordenação cabe o esforço de articular as orientações e perceber as tendências das Agências de Pesquisa e de Avaliação no Programa e convencer a Instituição, os Docentes e os Discentes do Programa.

A História de um Programa de Pós-Graduação é uma corrida de revezamento. Nela o que importa é que os corredores anteriores, com suas contingências, determinações e, também, superações, trouxeram o bastão até as nossas mãos. Uma vez estando em nossas mãos, é hora de avançar e, se possível, ganhar algumas posições em favor de outros. Se, hoje, temos um Programa com conceito 5,0, é porque outros entraram na corrida antes, passaram o bastão para quem fazia parte da equipe no momento. Antes de receber a nota 5,0, o Programa já estava todo orientado para ela em todos os quesitos. Fizemos nossa parte, com o melhor entendimento que tínhamos ao enfrentar os desafios. No final de tudo, o importante é que os corredores se sucederam, alguns em terrenos mais íngremes e tortuosos do que outros. Reconheço que os corredores que me antecederam precisaram abrir muitos caminhos. Cada trecho da corrida tem suas contingências. Se no passado eram as dificuldades da cultura da pesquisa do Setor de Humanas e de um corpo docente em formação, hoje os desafios são outros. No entanto, a corrida vai continuar!

Prof.^a Dra. Esméria de Lourdes Saveli (2006-2007) e Prof. Dr. Luis Fernando Cerri (2007-2008)

PE: Em que período atuaram como coordenadores?

ES e LFC: Nossa gestão foi de 16 de abril de 2006 a 15 de abril de 2008. De 1º de agosto de 2007 a 15 de abril de 2008, a coordenação passou a ser exercida pelo Prof. Cerri, uma vez que a Prof.^a Esméria assumiu outros compromissos. Assim sendo, decidimos responder conjuntamente à entrevista, entendendo que se tratou de uma mesma gestão, compartilhada por dois coordenadores ao longo do mandato. Entendemos ser necessário contextualizar o período que nos precedeu, para melhor compreender o significado do nosso mandato.

Nossa gestão recebeu o bastão das mãos do Prof. Ademir Rosso, que teve um papel fundador na construção do PPGE em sua versão e concepção atual. Por isso, consideramos importante compartilhar nossa visão sobre o processo que ele liderou, para contextualizar o Programa como nós o recebemos. No momento em que o Prof. Ademir assumiu a coordenação,

o curso de Mestrado da UEPG, que fora criado em 1994, estava mais voltado à formação, ao aperfeiçoamento e à titulação de docentes e de funcionários do Ensino Superior, mais especialmente àqueles que pertenciam ao quadro da UEPG. Em sua proposta curricular, o Curso era assim definido: “[...] um espaço para se realizar estudos e pesquisas sobre educação, com a finalidade de contribuir para o aprimoramento do padrão científico e didático da Universidade e de outras instituições de ensino” (UEPG, 1999, p. 2)². Esse objetivo estava em consonância com a política de Pós-Graduação traçada no I Plano Nacional de Pós-Graduação. O curso de Mestrado da UEPG tinha como objetivos a formação de professores melhores qualificados para o Ensino Superior e a formação de pesquisadores para o trabalho científico. Esses dois objetivos - ensino e pesquisa - aparecem na proposta curricular como indissociáveis. No entanto, a pesquisa estava voltada ao cumprimento dos requisitos “obtenção do grau de mestre” e “elaboração da dissertação”. Dessa forma, a pesquisa não era efetivamente um elemento constituidor da formação. Isso era decorrente do fato de que a procura do Mestrado pelos professores estava mais associada à busca de titulação para os avanços na carreira docente e menos pelo interesse em desenvolver pesquisas.

Na verdade, tratava-se de um curso de Pós-Graduação *stricto sensu*, voltado à titulação de professores que atuavam, ou pretendiam atuar, no 3º grau, sem a intenção de formar o pesquisador. Em síntese, a pesquisa estava associada apenas à elaboração da dissertação, isto é, constituía-se como um trabalho dissertativo de conclusão do curso. Não havia a preocupação de voltar à formação acadêmica, especificamente, para o objetivo de formação de pesquisadores, mas, sim, de titular e aperfeiçoar os profissionais que já atuavam ou desejavam atuar no 3º grau. Essa proposta curricular vigorou até 2000, quando o Curso sofreu uma série de reformulações com o propósito de obter o credenciamento junto à Capes.

O credenciamento significou o início da gratuidade do curso e o fim da remuneração extra dos seus docentes, o que implicou outra mudança, nesse caso cultural, que impôs uma mudança progressiva nas concepções e mesmo na composição do corpo docente. Tratava-se, a partir de então, para os professores com Doutorado, não mais de atuar na Pós-Graduação para obter complementação de renda, mas de atuar para cumprir o que estabelece a Lei Nº 11.713³, de 7 de maio de 1997, que regulamenta a carreira docente nas Instituições de Ensino Superior Públicas do Paraná, no que tange às atribuições dos professores doutores, isto é, adjuntos, associados e titulares. Em outros termos, a mudança cultural para o programa e seus docentes significou abraçar a concepção de que a atuação no Mestrado significava abraçar plenamente as suas próprias atribuições como servidor público, desenvolvendo um trabalho – docência na Pós-Graduação, associada à pesquisa e à orientação nesse nível – que, se não fosse desenvolvido por ele a partir de suas atribuições legais resultantes de sua formação, não poderia ser desenvolvida por nenhum outro funcionário. Isso significou um aprofundamento do compromisso dos docentes com o serviço público à sociedade paranaense e brasileira, mas, em contrapartida, o engajamento com as lutas populares e sindicais.

Uma vez que não haveria remuneração extra aos docentes por atuarem na Pós-Graduação *stricto sensu* (e as bolsas de produtividade em pesquisa nesse período eram ainda mais escassas), a melhoria das condições salariais e de trabalho só poderia se dar coletivamente, nas lutas sindicais e sociais. Exemplo desse engajamento foi a atuação da Prof.^a Esméria como Secretária de Educação no mandato do prefeito Péricles de Mello, do Partido dos Trabalhadores, em Ponta

² UEPG. Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Proposta curricular do curso de Mestrado da UEPG**. Ponta Grossa: UEPG, 1999. (Texto não publicado).

³ PARANÁ. Lei Nº 11.713, de 7 de maio de 1997. **Sistema Estadual de Legislação**, 1997. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=5808&codTipoAto=&tipoV isualizacao=compilado>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

Grossa (2000 a 2004), e a atuação, nesse mesmo período, do Prof. Cerri na então Associação dos Docentes da UEPG e na sua transformação em SINDUEPG, seção sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes).

Voltando à nova proposta do Programa, mesmo credenciada e já reformulada, sofreu críticas dos pareceristas da Capes, em virtude da falta de organicidade, da ausência de identidade teórica e temática e pela polarização dos projetos em uma linha de pesquisa. Essas distorções, segundo os técnicos da Capes, inviabilizavam a manutenção de seu credenciamento.

No ano de 2002, um novo quadro redesenhou-se no Programa, por ocasião da mudança da coordenação do Curso, com a entrada de um novo grupo de professores doutores, recém-titulados, que resistiram a aceitar passivamente as regras ditadas pelo grupo até então dominante. Este, por sua vez, era constituído por professores aposentados, os quais atuavam no Curso desde a sua criação e sempre mantiveram na UEPG uma força política, já naturalizada na definição de cargos e de funções. Havia resistência em abrir espaços para os novos integrantes do quadro. Esse contexto conflituoso configurava-se um grande problema interno, que desgastava as relações de trabalho. Além desse problema interno, havia outro a ser enfrentado: o Mestrado em Educação da UEPG estava sob a perspectiva do descredenciamento pela Capes. Medidas urgentes teriam de ser tomadas. Nesse momento, um novo grupo de docentes, que havia recém ingressado no Programa, entre 2001 e 2003, no qual estamos incluídos, tornaram-se sensíveis ao apelo do novo coordenador, Prof. Ademir, assumindo com ele o desafio de reestruturar totalmente o Curso de Mestrado.

A primeira medida foi a de avaliar a situação e o comprometimento dos professores com o Programa. Aqueles que não se encontravam na condição de professores permanentes, conforme definia a Capes, foram descredenciados. Outra medida implementada foi a reestruturação da proposta curricular. Na organização da nova proposta curricular, aos novos professores coube a tarefa de adequar suas produções em duas linhas de pesquisa: Ensino-aprendizagem, tendo como foco investigar as interfaces entre ensino e aprendizagem; e História e Políticas educacionais, cujo foco de investigação se assentava

[...] na análise da história e da política educacionais na práxis pedagógica, nos sistemas, nas instituições e na formação dos educadores; nos processos de formulação das políticas públicas e avaliação das ações educacionais tanto em relação ao sistema (federal, estadual, municipal) quanto em relação ao que é vivenciado no interior e no cotidiano das instituições educativas. (UEPG, 2003)⁴.

Ao coordenador e ao colegiado coube a tarefa de definir, ou melhor, de acomodar os professores nas duas linhas de pesquisa. Exigia-se que houvesse um equilíbrio entre o número de professores pertencentes à cada linha. Para alterar a situação frágil em que se encontrava o Programa, não bastava apenas redesenhar as linhas de pesquisa; era necessário alterar a concepção, ainda presente, de Curso de Pós-Graduação para Programa de Pós-Graduação. Ora, o termo “curso” liga-se diretamente ao ensino, e seu centro é um elenco de disciplinas que o aluno deve cursar. Em contraposição, o elemento definidor de um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* de Mestrado ou Doutorado é a pesquisa, “[...] a qual determina o objetivo a ser alcançado para o qual o ensino concorre como um mediação destinada a dispor e garantir os

⁴ UEPG. Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Proposta curricular do curso de Mestrado da UEPG**. Ponta Grossa: UEPG, 2003. (Texto não publicado).

requisitos para o desenvolvimento da pesquisa que será a pedra de toque da formação pretendida” (SAVIANI, 2006, p. 137)⁵.

PE: Qual a importância e o significado do Mestrado/Doutorado em Educação da UEPG para a instituição e para a comunidade?

ES e LFC: Acreditamos que, quando se constrói e consolida um Programa de Pós-Graduação em uma universidade, dada a forma pela qual a ciência se estrutura e se institucionaliza hoje, o que acontece é que aquela instituição e aquela região entram no mapa da ciência especializada e das ciências correlatas. O PPGE da UEPG tem o condão de colocar a universidade, a cidade de Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais dentro da comunidade científica da Educação e das Ciências Humanas no Brasil e no mundo, integrando-se nos fluxos de ideias, de produção científica e bibliográfica, de debates, de eventos acadêmicos e de pessoas mesmo, considerando a mobilidade de pesquisadores docentes e discentes do Programa e para o Programa, a partir de e rumo a diversos lugares do Brasil e do mundo. Todas as suas contribuições decorrem dessa característica.

PE: Quais os principais desafios que vocês enfrentaram na sua gestão como coordenadores do PPGE/UEPG?

ES e LFC: Nosso principal desafio foi consolidar a reformulação que aconteceu na gestão do Prof. Ademir, conforme interpretamos no início desta entrevista. Nesse sentido, a tarefa da nossa gestão foi organizar e implementar um currículo, considerando a especificidade das duas linhas remanescentes e contemplando a pesquisa (e não as disciplinas) como centro de articulação do Programa. Isso vem da percepção de que o maior desafio do orientador e seus orientandos está na construção da pesquisa e a sua apresentação, os textos acadêmicos, em torno dos quais se desenvolve o processo de orientação.

O primeiro desafio a ser considerado é que, para a maioria dos alunos, o Mestrado constitui-se na realização do primeiro trabalho completo de investigação. Portanto, em tese, caberá ao aluno, com o apoio do orientador, realizar a escolha do tema, a formulação do problema, a delimitação do objeto, assim como o estabelecimento da metodologia e respectivos procedimentos de análise. No entanto, o aluno do Mestrado, sem experiência com a pesquisa, não traz como bagagem a autonomia intelectual de um repertório teórico, e muito menos um projeto de pesquisa com o problema da investigação bem delineado, ainda que uma das exigências para participar da seleção no Mestrado seja a elaboração de um projeto de pesquisa. No entanto, esses projetos geralmente não passam de planos vagos, incapazes de satisfazer a contento as exigências acadêmicas. Dessa forma, grande parte do tempo do orientador é consumida para tratar de questões sobre a definição do problema e os procedimentos metodológicos, sem contar o caminho tortuoso de levar os orientandos a formar um repertório teórico que trate do tema, da metodologia de investigação e da análise dos dados empíricos.

Outro ponto crucial da orientação é a falta de experiência dos alunos com a escrita. Escrever é condição básica para a pesquisa. Cabe ressaltar que não se escreve sem haver certa bagagem em leitura. Embora os alunos mestrandos, muito provavelmente, tenham frequentado boas escolas, tenham sido bons alunos na Educação Básica, tenham passado pelo funil de seleção

⁵ SAVIANI, D. A pós-graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. (Orgs.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e orientações**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 135-163.

- pois foram aprovados em vestibulares - e, ainda, possam ser considerados de bom nível intelectual e cultural, uma vez que chegaram à Pós-Graduação *stricto sensu*, privilégio de poucos, ainda não têm a escrita, nem a leitura como práticas cotidianas. Segundo Barzotto (2007, p. 174)⁶: “A dificuldade assinalada com maior frequência entre os orientadores de teses e dissertações, com relação à sua atividade junto aos mestrandos é, sem sombra de dúvida, a dificuldade em formular idéias por escrito”.

Assim, o orientador enfrenta de imediato três desafios com seus orientandos: o primeiro é o motivo que leva os alunos a procurarem o Mestrado. A maioria “quer entrar no Mestrado, fazer o Mestrado” como titulação final e não como ponto de travessia para a formação do pesquisador; o segundo ponto nevrálgico é a falta de familiaridade com a leitura e a escrita; e o terceiro é a falta de experiência com a pesquisa. Esses desafios não podem ser considerados em uma ordem sequencial, mas imbricados. Considerando que não há possibilidade de desenvolver pesquisa sem escrever e que não se escreve sem uma determinada bagagem em leitura, a leitura e a escrita estão na base de qualquer pesquisa acadêmica.

A pesquisa, como toda obra humana, faz-se por passos encadeados, em que cada passo precisa de certa consistência e duração. Isso exige a retomada de novas leituras e reescrita. Assim, “ler e escrever é sempre um reescrever” (MARQUES, 2006, p. 115)⁷. Dessa forma, leitura e escrita são atos que exigem reciprocidade, uma vez que a escrita traz implícita uma ordem de leitura. Em contrapartida, o leitor dá sentido às próprias leituras para produzir os seus textos.

Considerados todos esses aspectos sobre a orientação, um dos nossos principais desafios foi consolidar um processo de seleção que fosse capaz de privilegiar o ingresso de mestrandos e mestrandas melhor capacitados(as) e estruturalmente dispostos(as) a aprimorar-se nas capacidades de leitura, análise crítica e escrita. Consideramos esse um dos principais desafios, porque ele está ligado a vários outros que se colocavam naquele momento: reduzir o tempo de titulação dos discentes, melhorar a qualidade das dissertações e garantir que os discentes, além dos docentes, também produzissem e publicassem em meios cada vez mais qualificados, tanto antes da defesa quanto na condição de egresso. Por sua vez, a adequação do tempo entre o ingresso e a defesa e o estímulo à produção do aluno ligaram-se a outro desafio, que foi a ampliação das publicações dos docentes, em termos de quantidade e, principalmente, de qualidade. Foi um momento de construir elementos para superar um produtivismo lançado em desabalada carreira e promover o incentivo aos docentes para publicar em meios de maior qualificação.

Vinculado ainda a esse conjunto de desafios, a ampliação e a qualificação da produção intelectual do corpo docente foram gerenciadas pelo aperfeiçoamento dos processos de credenciamento e descredenciamento vinculados aos critérios de produção acadêmica e de normalização do fluxo de orientações de acordo com os padrões impostos pela Capes. Nesse momento, consolidou-se a ideia de que o nível de produtividade para o credenciamento de novos docentes e o recredenciamento dos docentes já participantes deveria sempre se dar pelo padrão da nota que o programa almejava. Assim, quando a meta era a nota 4 na Capes, a média de

⁶ BARZOTTO, V. H. Leitura e produção de textos: limites e relações intersubjetivas. In: CALIL, E. (Org.). **Trilhas da escrita**: autoria, leitura e ensino. São Paulo, Cortez, 2007. p. 159-207.

⁷ MARQUES, M. O. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. 5. ed. rev. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006.

produção dos credenciados deveria ser o correspondente à nota 4 segundo o documento de área, e assim sucessivamente.

PE: Quais as principais conquistas obtidas na sua gestão como coordenadores?

ES e LFC: Na gestão 2006-2008, duas conquistas mais expressivas podem ser destacadas: o alcance da nota 4 na avaliação da Capes e o estabelecimento da parceria institucional com o Doctorado en Ciencias de la Educación da Universidad Nacional de La Plata (UNLP), financiada no programa de Centros Asociados para o Fortalecimento da Pós-Graduação Brasil-Argentina (CAFP-BA). A primeira conquista abriu condições para o início da elaboração do projeto de Doutorado em Educação da UEPG, e a segunda permitiu que esse processo fosse acompanhado por um programa estrangeiro, de reconhecida competência e com uma tradição que remonta ao início do século XX.

Ao longo dos quatro anos seguintes, o programa recebeu 10 professores visitantes da UNLP nos mais diversos campos da Educação, estabeleceu parcerias internacionais de pesquisa, muitas das quais perduram até hoje, e mandou nove discentes para períodos de estudos e pesquisas em La Plata, com o acompanhamento de coorientadores. O convênio foi coordenado, pelo PPGE, pelo Prof. Cerri, mesmo após sua saída da coordenação, e pelo Doctorado en Ciencias de La Educación, pelo Prof. Cláudio Suasnábar.

Também merece amplo destaque o esforço para a criação (em 2006) e manutenção da revista *Práxis Educativa*, hoje uma referência nacional e internacional, que contou desde seu primeiro momento com a colaboração entusiasmada do Prof. Jefferson Mainardes.

Ainda, nessa gestão, foi entregue a sala em que hoje estão os gabinetes dos professores, a partir de um projeto da Fundação Araucária feito na gestão anterior, com nossa participação, construído e entregue durante a nossa gestão.

780

PE: Quais as contribuições do PPGE para a UEPG e para a Educação Básica da região dos Campos Gerais?

ES e LFC: O PPGE promove a formação de profissionais capacitados para a pesquisa da Educação Básica. Principalmente quando esses pesquisadores são professores dos sistemas de Educação Básica, promove-se, em tese, um vínculo cada vez mais orgânico entre a pesquisa e o ensino/aprendizagem.

No PPGE, também ocorrem a produção e a disseminação de conhecimento de alto nível sobre a realidade educacional local, regional e nacional, que, de outro modo, não seriam criadas e disponibilizadas. Trata-se, portanto, de uma contribuição única e inestimável – profissionais formados que vão para diversas universidades no estado e no país.

O Programa é fundamental ainda para a visibilidade da instituição nacional e internacionalmente, destacando-se o fato de que grande parte de nossos mestres e doutores hoje ocupam lugares de destaque na docência e na gestão científica e educacional em várias universidades e governos, não apenas no estado do Paraná, mas nas cinco regiões do país.

Por fim, o PPGE impacta os próprios cursos de Graduação da UEPG, principalmente as licenciaturas. A presença, a passagem ou a participação em um programa de pesquisa, e suas linhas e grupos, promove a contínua capacitação dos docentes universitários. Muda continuamente a cara da Universidade e dos cursos de Graduação e atividades de extensão, deixa

de ser só ensino e passa a uma postura reflexiva e produtiva, expressa no que define uma instituição universitária, que é a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

PE: Durante a sua gestão, como foi tratada a questão da necessidade de superação da visão de Curso de Mestrado para a concepção de Programa de Pós-Graduação em Educação, que envolve a institucionalização da pesquisa, grupos de pesquisa, produção acadêmica regular, etc.?

ES e LFC: Nosso papel foi consolidar essa mudança, iniciada durante as gestões do Prof. Ademir José Rosso, que alterou a concepção da Pós-Graduação, de curso para Programa, conforme mencionamos nas respostas anteriores.

PE: A avaliação dos Programas de Pós-Graduação no Brasil é sempre uma preocupação central das Instituições, coordenadores, corpo docente. Na última avaliação quadrienal (2013-2016), cujos resultados foram divulgados em 2017, o PPGE da UEPG foi avaliado com nota 5. No período de sua gestão como coordenadores, quais as principais ações que foram realizadas para atender aos padrões da avaliação da Capes?

ES e LFC: De certa forma, também começamos a responder essa questão nas respostas anteriores. Cabe destacarmos, complementarmente, que nos esforçamos pela superação do produtivismo vazio que decorreu das primeiras versões da avaliação da produtividade de docentes e de programas. Lutamos por regulamentações internas mais favoráveis à Pós-Graduação, de modo a privilegiar suas atividades-fim (ex.: resolução de revalidação de diplomas estrangeiros de Mestrado e Doutorado em Educação, resolução da política docente); estímulo à pesquisa e à produção de conhecimento em grupos, para articular pesquisadores que até então tinham o hábito de produção isolada; trabalho político e pedagógico junto aos departamentos, colegiados de curso e setores de conhecimento, para que os novos concursos privilegiassem a contratação de doutores. Isso permitiu a rápida incorporação ao programa e o foco na formação de recursos humanos para a sociedade, em vez de mobilizar recursos excessivos na qualificação do próprio corpo docente da UEPG.

PE: Após a nota 4 (avaliação de 2007), como foi pensada a criação do Doutorado?

ES e LFC: Chegar à nota 4, durante o período em que o Prof. Cerri estava na coordenação, foi visto como um degrau, no sentido de que resultava do esforço feito anteriormente, e deveria imediatamente impulsionar para o próximo desafio, a criação de um Doutorado, por sua vez indispensável para passar a pleitear a nota 5. O papel da coordenação foi disseminar a convicção de que se tratava de uma necessidade para o crescimento do Programa, verticalização, e acesso a diversos fóruns e fundos de financiamento de pesquisa. Para tanto, seria necessário manter as conquistas e aprofundar as exigências sobre o trabalho de docentes e de discentes, o que só seria viável garantindo que todos estivessem motivados e trabalhassem de modo coletivo, como equipe, superando cada vez mais as divergências, colocando as idiosincrasias em segundo plano e negociando o devido apoio nas instâncias superiores, notadamente a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP).

Além de tudo isso, claro, outro desafio era escrever o projeto, ganhar a adesão de todos e ainda procurar atrair doutores que, mesmo tendo condições de integrar um Doutorado, ainda não estavam credenciados. Devemos lembrar que, nesse momento, ainda havia uma ampla maioria de doutores recentes. Houve resistências devido às fragilidades, sobretudo estruturais do Programa, dúvidas em relação ao efetivo comprometimento da instituição com um projeto dessa proporção,

principalmente diante de condições financeiras e de quadro de pessoal que eram deficientes, bem como dificuldades com carga horária dos docentes (com muitas aulas na Graduação e outras atividades não ligadas diretamente à Pós-Graduação), bem como uma adesão insuficiente dos doutores da instituição que poderiam integrar esse novo desafio. Devemos, aqui, dar destaque ao trabalho abnegado do Prof. Jefferson Mainardes, que foi um militante denodado dessa causa e não mediu esforços, tanto no campo do convencimento dos participantes quanto da dedicação ao trabalho duro que significou redigir e acompanhar o projeto.

PE: Por favor, deixem uma mensagem para os atuais (e futuros) docentes e estudantes do PPGE da UEPG, a partir de suas experiências como docentes, pesquisadores e coordenadores.

ES e LFC: Antes de qualquer outra coisa, o PPGE é um programa de pesquisa. A finalidade da pesquisa é conhecer e problematizar a realidade. Dessa forma, ela assume uma dimensão transformadora, criativa, característica de todo trabalho humano. Se a pesquisa fosse entendida pelos orientandos nessa dimensão de trabalho humano, não haveria tanta ânsia em finalizar o trabalho como se fosse apenas um protocolo. A defesa da dissertação constituir-se-ia em um ritual de passagem para a escrita de outros textos e a continuação de novas pesquisas individuais ou em grupos. Embora se entregue a dissertação ou a tese, e se vá para a defesa, depois que se passa por um Mestrado ou um Doutorado, a pesquisa, como atitude aprendida, como dimensão alcançada, nunca termina. Nesse contexto, ao pesquisador cabe sempre um recomeçar. Recomeçar com novos orientandos no grupo de pesquisa, recomeçar com novos problemas de pesquisa, recomeçar com outras tantas orientações de leitura e de escrita. Portanto, um pesquisador forma-se nos encontros e nos embates com outros pesquisadores, experientes ou iniciantes, ao longo de muitos anos e recomeçando a caminhada, sempre.

Prof. Dr. Jefferson Mainardes (01/02/2010 a 31/07/2014)

PE: Qual a importância e o significado do Mestrado/Doutorado em Educação da UEPG para a instituição e para a comunidade?

JM: O PPGE é de fundamental importância para a UEPG e para a comunidade em geral, especialmente para os Campos Gerais. Em primeiro lugar, foi o primeiro Mestrado da Instituição. Além disso, ao longo do tempo, o Programa consolidou-se e permitiu a implantação do Doutorado⁸. Desse modo, o PPGE tem contribuído de forma decisiva para a formação de pesquisadores, inclusive de docentes que atuam na própria Instituição. As pesquisas e as publicações de discentes e de docentes do PPGE são de alta relevância e têm colocado em destaque o nome da instituição.

PE: Quais os principais desafios que você enfrentou na sua gestão como coordenador do PPGE/UEPG?

JM: Foram vários. O primeiro deles é que a infraestrutura disponível era limitada para as demandas e o número de mestrandos e doutorandos. Temos problemas de espaço, falta de pessoal, escassez de recursos. O segundo desafio era a necessidade de construir uma proposta de implantação do Doutorado, pois o PPGE estava com nota 4 na avaliação da Capes, o que

⁸ Uma síntese do Projeto de Implantação do Doutorado em Educação foi publicada na Revista Práxis Educativa, v. 6, n. 1, jan./jun. 2011, p. 139-149.

propiciava a proposição do Doutorado. Felizmente, com o apoio dos docentes, foi possível construir uma proposta e conseguir a aprovação, que se deu em dezembro de 2010. Até agora, foram mais de 40 defesas de Doutorado.

Um outro desafio foi o de atuar na gestão do Programa e, paralelamente, na editoria da Revista *Práxis Educativa*. Outro desafio refere-se à necessidade de acompanhar todas as ações do PPGE, tendo em vista a elaboração dos relatórios anuais para a Capes (coleta Capes). Isso envolve diversas ações, principalmente o acompanhamento permanente da produção bibliográfica dos docentes e dos discentes. Era também desafiador conciliar as atividades burocráticas inerentes à função com as atividades de cunho pedagógico e formativo que são essenciais em um Programa. Apesar das dificuldades, foi um período bastante intenso de aprendizado.

PE: Quais as principais conquistas obtidas na sua gestão como coordenador?

JM: Creio que a principal conquista foi a aprovação do Doutorado. Além disso, conseguimos uma maior qualificação da Revista *Práxis Educativa*; obtivemos alguns avanços na discussão sobre ética na pesquisa no âmbito do PPGE; a obtenção de alguns espaços para a sala de alunos e professores; uma visibilidade maior do PPGE, na medida em que fui eleito para a função de coordenador do Fórum Sul de Coordenadores de PPGEs (Fepae Sul), no período de 2010 a 2012 e, posteriormente, coordenador do Fórum Nacional de Coordenadores de PPGEs (Forpred), no período de 2012 a 2015. A questão da ética na pesquisa ampliou-se com a minha participação no Grupo de Trabalho (GT) de Ciências Humanas e Sociais (2013 a 2015), que foi criado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), ligado ao Ministério da Saúde. Naquele GT, representei a ANPED.

A questão da ética tem recebido alguma centralidade nas publicações da *Práxis Educativa*, e isso tem influenciado outros PPGEs. Eu creio que esse aspecto tem sido muito relevante para o PPGE. Com recursos do PPGE, em parceria com a Editora UEPG, conseguimos a publicação de três livros traduzidos do Inglês para o Português, sendo dois de Stephen J. Ball (*Educação Global S.A.* – 2014 e *Como as escolas fazem as políticas* – 2016) e outro sobre ética na pesquisa (*Ética e pesquisa em educação* – 2017).

Uma outra conquista foi a filiação do PPGE à ANPED, ainda enquanto vice-coordenador na gestão do Prof. Ademir Rosso, o que permitiu uma maior participação do PPGE da UEPG na ANPED. Foi também importante a formalização da representação discente no Colegiado e a realização de assembleias de avaliação do PPGE, precedida pela avaliação dos discentes via formulário *online* de avaliação.

Os esforços pela internacionalização, iniciados principalmente por iniciativa do Prof. Cerri, tiveram algum progresso com a aprovação de projetos de intercâmbio com universidades argentinas e que, ao longo do tempo, culminou na criação da Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa – Relepe (www.relepe.org) e da Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa (<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>).

PE: Quais as contribuições do PPGE para a UEPG e para a Educação Básica da região dos Campos Gerais?

JM: Creio que a principal contribuição está relacionada às pesquisas que são realizadas pelos docentes e pelos discentes. Além disso, há diversas ações de extensão e assessorias a redes de ensino, bem como a liderança de projetos amplos, tais como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e outros programas, por docentes do PPGE.

PE: Durante a sua gestão, como foi tratada a questão da necessidade de superação da visão de Curso de Mestrado para a concepção de Programa de Pós-Graduação em Educação, que envolve a institucionalização da pesquisa, grupos de pesquisa, produção acadêmica regular, etc.?

JM: Assumi a coordenação em janeiro de 2010. Naquela época, a visão de Programa já estava mais consolidada. Nas gestões anteriores, foi possível reestruturar o currículo do Mestrado, fortalecer os Grupos de Pesquisa, ampliar os projetos de pesquisa dos docentes, o que levou à superação da ideia de Curso de Mestrado para Programa. Alguns docentes obtiveram Bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPq ou da Fundação Araucária, o que contribuiu para o fortalecimento do Programa. Conseguimos, também, que alguns docentes aposentados permanecessem no PPGE com bolsa Sênior da Fundação Araucária, ou mesmo sem bolsa. Tudo isso contribuiu para a consolidação do Programa.

PE: A avaliação dos Programas de Pós-Graduação no Brasil é sempre uma preocupação central das Instituições, coordenadores, corpo docente. Na última avaliação quadrienal (2013-2016), cujos resultados foram divulgados em 2017, o PPGE da UEPG foi avaliado com nota 5. No período de sua gestão como coordenador, quais as principais ações que foram realizadas para atender aos padrões da avaliação da Capes?

JM: A principal ação foi a de compreender o processo de avaliação com o objetivo de adequar as decisões do PPGE aos critérios de avaliação. Nesse aspecto, o trabalho do Prof. Ademir foi importante porque o Programa foi estruturado de acordo com os critérios da Capes. Na minha gestão, aprovamos uma série de documentos com critérios para o edital credenciamento de novos docentes (que já existia na gestão anterior) e de avaliação e acompanhamento dos docentes já credenciados; critérios para atribuição de vagas no Processo Seletivo, de acordo com o produção bibliográfica dos docentes; critérios para atribuição de bolsas, etc. A aprovação desses critérios e regulamentos foi importante para garantir uma avaliação e controle internos mais efetivos, tendo em vista a melhoria do PPGE e a obtenção de melhor nota na avaliação da Capes. Foi um processo bastante árduo em virtude da carência de recursos e de cortes que foram realizados pela Capes e pelo governo estadual, que afetou o gerenciamento de recursos dentro da UEPG, ao longo do tempo. Nos primeiros anos da minha gestão, havia mais flexibilidade para utilização dos recursos próprios, bem como um investimento maior da Capes em recursos e bolsas. Infelizmente, alguns desses recursos foram sofrendo cortes, dificultando ainda mais o cotidiano do PPGE.

A aprovação destes documentos (resoluções, regulamentos, critérios, etc.), pelo Colegiado do PPGE, foi também desafiadora. Referiam-se à tomada de decisões que, por mais que explicitadas e debatidas em reuniões do Colegiado ampliado (com todos os docentes), geravam insatisfações para alguns docentes ou discentes. Sempre buscamos esclarecer o sentido de cada proposta, com base no Documento de Área da Capes, política de avaliação da Capes, etc. Sempre buscamos imprimir um caráter de transparência nessas decisões. Sem esse esforço coletivo, não teria sido possível atingir a nota 5 na avaliação da Capes. Um ponto que sempre gerava alguma

tensão era a definição do número de vagas no Processo Seletivo. A proposta era de conciliar as vagas à produção docente, recursos disponíveis e garantia de qualidade na formação (disciplinas, orientação, grupos de pesquisa, qualificação e defesa). Não foi uma luta fácil, na medida em que um aumento da quantidade de discentes poderia gerar perda de qualidade na formação. A carência de recursos financeiros e a burocracia interna na gestão de recursos foram empecilhos sérios nos planos de expansão.

PE: Após a nota 4 (avaliação de 2007), como foi pensada a criação do Doutorado?

JM: Em 2009, convidamos a coordenadora adjunta da área de Educação na Capes, Prof.^a Elizabeth Macedo (Uerj) para uma visita ao PPGE. Na sua visita, Elizabeth estimulou o grupo para a proposição do Doutorado. Em seguida, partimos para o estudo do Documento de Área (Capes) para analisar as exigências básicas. A partir disso, buscamos definir o corpo docente que atendia aos critérios de produção, estruturar a proposta de Doutorado, Currículo e regulamento. Foi um momento muito significativo, pois houve a participação efetiva dos docentes envolvidos na proposta. Felizmente, a proposta foi aprovada em dezembro de 2010 e, em janeiro de 2011, iniciamos as inscrições do Processo Seletivo do Doutorado. Foi uma nova etapa muito importante para o PPGE, pois a criação do Doutorado ampliou significativamente a atuação dos docentes e permitiu o atendimento de uma demanda que estava reprimida.

PE: Após criação do Doutorado e a manutenção da nota 4, quais foram as ações para avançar na qualidade do Programa no triênio 2011-2012 e quadriênio 2013-2016 e chegar à nota 5 na avaliação da Capes?

JM: Foram várias ações realizadas, sendo a principal o acompanhamento da produção dos docentes e dos discentes, a definição de vagas no Processo Seletivo a partir da produção bibliográfica dos docentes; o contínuo aperfeiçoamento do Processo Seletivo e também da Revista Práxis Educativa. Os primeiros anos da implantação do Doutorado exigiram uma forte atuação da coordenação para acompanhar e elaborar os atos normativos que foram surgindo ao longo do tempo.

PE: Por favor, deixe uma mensagem para os atuais (e futuros) docentes e estudantes do PPGE da UEPG, a partir de sua experiência como docente, pesquisador e coordenador.

JM: A mensagem que gostaria de deixar é que o papel da Pós-Graduação é a formação de intelectuais críticos e que se engajem nos processos de transformação social. Há muitas demandas na área de Educação e os mestres e doutores têm um papel fundamental nos processos de transformação. Gostaria também de dizer que pesquisa requer rigor, pensamento crítico, cuidados éticos. O papel dos PPGEs é oferecer um processo formativo que seja suficientemente capaz de preparar os pesquisadores para a compreensão dos aspectos epistemológicos, teóricos, metodológicos e éticos. Garantir uma formação desse nível requer o compromisso de todos os docentes na efetivação do Projeto de Doutorado, com os ajustes que foram realizados ao longo dos anos. Além disso, requer a permanente avaliação do Programa com a consequente tomada de decisões que visem o aperfeiçoamento do Programa. Finalmente, podemos dizer que não foi simples nem fácil chegar até aqui. Muitas foram as dificuldades, mas graças ao esforço, empenho e competência de muitos ex-coordenadores, docentes, membros de Colegiado, foi possível construir esta história de 1994 até agora.

Prof.^a Dra. Célia Finck Brandt (01/08/2014 a 18/06/2015)

PE: Qual a importância e o significado do Mestrado/Doutorado em Educação da UEPG para a instituição e para a comunidade?

CFB: Acredito que o PPGE abre espaço para que os alunos de Ponta Grossa e região possam continuar e aprofundar seus estudos sem ter de deslocar-se para grandes centros, principalmente aqueles que não possuem uma estrutura financeira que lhes possibilite isso, com ou sem o auxílio de uma bolsa para estudo. Em termos institucionais, penso que o PPGE abre espaço para a qualificação profissional docente e discente.

PE: Quais os principais desafios que você enfrentou na sua gestão como coordenadora do PPGE/UEPG?

CFB: O preenchimento da Plataforma Sucupira, que ainda não estava estabilizada e a saída da funcionária com 31 anos de casa, substituída por um funcionário sem experiência e sem comprometimento.

PE: Quais as principais conquistas obtidas na sua gestão como coordenadora?

CFB: Assegurar uma parte do dinheiro das inscrições para o Mestrado e Doutorado para os gastos de revisão, tradução e edição para a Revista *Práxis Educativa*. Proporcionar o aumento do número de vagas de candidatos por professor para garantir que cada docente passasse a ter um defesa por ano. Essa decisão foi tomada em discussão colegiada e com os professores em reunião baseada em critérios de pontuação mínima para vaga de Mestrado e Doutorado. Os motivos da decisão foram atrelados a um dos itens do último relatório de avaliação que apontava como ponto fraco do programa o fato de todos os docentes não apresentarem uma defesa por ano. O programa não contava com os impactos negativos de uma crise econômica em todo o Brasil com efeitos no Paraná, crise agravada com problemas de gestão pública tanto federal como estadual.

PE: Quais as contribuições do PPGE para a UEPG e para a Educação Básica da região dos Campos Gerais?

CFB: Os resultados das pesquisas contribuem com a Educação Básica uma vez que se trata de um programa, com proposta de Mestrado e Doutorado em Educação que abarca todas as áreas de conhecimento, que permite estudos e discussões sobre processos de ensino, aprendizagem, avaliação, construção de políticas públicas e desenvolvimento de pesquisa para a história da Educação por meio de suas linhas de pesquisa e suas articulações.

PE: Durante a sua gestão, como foi tratada a questão da necessidade de superação da visão de Curso de Mestrado para a concepção de Programa de Pós-Graduação em Educação, que envolve a institucionalização da pesquisa, grupos de pesquisa, produção acadêmica regular, etc.?

CFB: O que pontuamos durante a gestão sobre essa questão foi com conversas individuais para encaminhamentos sobre a produção com orientandos permanentes no programa e egressos (também importante na avaliação e percebida como fraca por meio da análise da produção discente e dos egressos quando do preenchimento da plataforma sucupira), bem como com a

necessidade e a importância da articulação e envolvimento dos alunos de IC, PIBID e Pós-Graduação.

PE: A avaliação dos Programas de Pós-Graduação no Brasil é sempre uma preocupação central das Instituições, coordenadores, corpo docente. Na última avaliação quadrienal (2013-2016), cujos resultados foram divulgados em 2017, o PPGE da UEPG foi avaliado com nota 5. No período de sua gestão como coordenadora, quais as principais ações que foram realizadas para atender aos padrões da avaliação da Capes?

CFB: Superação do item apontado como fraco na avaliação anterior (uma defesa por ano para todos os professores dos programas, o que foi garantido pelo número de aumento de vagas) e, como consequência, o aumento da produção docente e discente.

PE: Após criação do Doutorado e a manutenção da nota 4, quais foram as ações para avançar na qualidade do Programa no triênio 2011-2012 e quadriênio 2013-2016 e chegar à nota 5 na avaliação da Capes?

CFB: Além do que foi pontuado na questão anterior, acreditamos que a comissão de avaliação proposta pela coordenação que atuou no mesmo período também foi importante para mostrar os pontos que deveriam ser melhorados no programa e no cadastramento de novos docentes devido à previsão de aposentadorias.

PE: Por fim, deixe uma mensagem para os atuais (e futuros) docentes e estudantes do PPGE da UEPG, a partir de sua experiência como docente, pesquisadora e coordenadora.

787

CFB: Incentivar a participação em grupos de pesquisas, assim como a realização de disciplinas isoladas por estudantes e professores da Graduação e da comunidade para o início de uma maturidade acadêmica, bem como a participação em eventos com trabalhos acadêmicos.

Prof. Dr. Névio de Campos (19/06/2015 a 19/08/2018)

PE: Qual a importância e o significado do Mestrado/Doutorado em Educação da UEPG para a instituição e para a comunidade?

NC: A Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) caracteriza-se no Brasil, desde a segunda metade do século XX, como o principal espaço de produção de conhecimento. Assim sendo, é no Mestrado e no Doutorado em Educação que se produzem estudos sobre os mais variados temas e problemas do âmbito formativo. Está contida a assertiva de que a produção do conhecimento é fundamental ao processo educacional, em especial da educação escolar, desde a Educação Infantil até o Doutorado (tempo de duração da escolarização brasileira). Dessas pesquisas, esperam-se, ao menos, duas contribuições: 1) produção e aprimoramento do conhecimento no âmbito das chamadas Ciências da Educação; 2) interação com os espaços de intervenção política e com as práticas educacionais, a fim de contribuir com a melhoria da qualidade da educação.

Pelo exposto, o Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG, criado em 1993, com início das atividades em 1994, no contexto que essa instituição tinha menos de duas dezenas de doutores, mostra-se relevante porque contribuiu à formação de professores da própria

Universidade, desenvolveu centenas de pesquisas no âmbito de Mestrado e dezenas no Doutorado, que têm, em seus horizontes, problemas específicos da Educação, em especial de aspectos formativos da região dos Campos Gerais. Além disso, o PPGE é importante porque formou mestres e doutores que atuam nas redes de ensino da Educação Básica e nas instituições particulares de Ensino Superior e atraiu professores com Doutorado a prestarem concurso e permanecerem na UEPG.

Enfim, a existência do Mestrado e do Doutorado em Educação projeta a instituição e os professores na comunidade de pesquisadores do Brasil e do exterior, assim como potencializa o seu papel social nas licenciaturas, na Educação Básica e nos contextos mais gerais da comunidade local e regional.

PE: Quais os principais desafios que você enfrentou na sua gestão como coordenador do PPGE/UEPG?

NC: A gestão sob nossa responsabilidade foi por um período de três anos e dois meses. Assumimos no mês de junho de 2015 e permanecemos até agosto de 2018. Dois aspectos são importantes: 1) o Programa está no sistema nacional de Pós-Graduação; 2) o Programa tem suas peculiaridades e seus desafios próprios.

No que tange ao primeiro aspecto, é fundamental dizer que o Programa está atrelado a um conjunto de condicionantes externos. Ele tem financiamento por meio de bolsa e custeio da Capes, o que implica um conjunto de obrigações, como, por exemplo, a necessidade de submeter-se aos processos avaliativos. Isso quer dizer que a gestão do PPGE seguiu as orientações do documento de Área da Educação, as indicações e os apontamentos da avaliação do nosso Programa, feitos no triênio 2010-2012, os regulamentos da Pós-Graduação da UEPG e o Regulamento do próprio PPGE. Esse foi o primeiro desafio. Em 1993, o PPGE foi criado, iniciando suas atividades no ano seguinte. Em 2001, foi reconhecido pela Capes.

Em 2004, iniciou na estrutura de duas linhas que permanecem até hoje. No triênio 2004-2006, o PPGE subiu na avaliação da CAPES, passando a ser nota 4. No triênio seguinte, manteve-se nessa nota, alcançando a uma condição de maior maturidade e de projeção do Curso de Doutorado. No início do novo triênio (2010-2012), foi aprovado o Doutorado, iniciando a primeira turma no ano de 2011. A criação do Doutorado materializou uma nova condição do PPGE, pois passou-se, formalmente, a ser um Programa (Mestrado/Doutorado).

A gestão do período 2010-2012, além de expressar os primeiros anos do curso de Doutorado, trabalhou para elevar o PPGE na avaliação Capes, assim como para projetá-lo entre as instituições da Área da Educação, como na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Ao final daquele triênio, o PPGE poderia ter recebido nota 5, não fosse o item (tese já defendida) como elemento definidor para programas da Área da Educação receber esse conceito. Assim, naquele momento, o PPGE atendia a todos os quesitos, tendo Muito Bom (5,0) inclusive na produção intelectual qualificada (publicação de artigos em periódicos, livros e capítulos). No entanto, o fato de não ter uma defesa de tese concluída foi impeditivo para subir na avaliação da CAPES. Em 2015, quando assumimos, estávamos no meio do quadriênio (tempo de avaliação). Desse modo, trabalhamos durante dois anos do quadriênio passado, buscando manter os procedimentos dos coordenadores anteriores, visando manter e/ou elevar o PPGE nos processos de avaliação da Capes. A nossa participação no Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação da ANPEd (Forpred) buscava acompanhar os debates e contribuir com indicações de variáveis para aprimoramento dos processos de avaliação da Capes.

Além disso, a participação nesse Fórum permitia um certo domínio desse debate e das tendências que se vislumbravam a fim de encaminhar políticas de gestão no PPGE, como credenciamento e credenciamento de docentes. Ao final do quadriênio (2013-2016), cujo resultado foi publicado em meados do ano de 2017, o PPGE teve sua nota elevada para 5, obtendo conceito Muito Bom em todos os quesitos. Esse processo é resultado de quase um quartel de século, pois nasceu dos sonhos e das iniciativas de professores que debateram e criaram o Mestrado em Educação, o primeiro da UEPG, no ano de 1993, da longa luta e discussão para seu reconhecimento, ocorrido em 2001, mas que, desde 1995, já se trabalhava para seu reconhecimento, conforme evidenciam as atas do Colegiado do Mestrado em Educação. É decorrente, também, do esforço da primeira década do século XXI, a saber: o reconhecimento (2001), a reformulação do currículo (2003/2004), a criação do Doutorado (2010) e o envolvimento coletivo de docentes, discentes, servidores e administradores da UEPG.

Gostaria de destacar o segundo desafio. No que diz respeito ao segundo aspecto é fundamental assinalar que o PPGE, embora esteja atrelado ao sistema avaliativo externo, deve e pode estabelecer parâmetros internos para organizar-se; desse modo, há um espaço de ação. A partir dessa compreensão, sugerimos à professora Mary Ângela Teixeira Brandalise (pesquisadora da área de avaliação e autoavaliação) a criação de uma Comissão Interna de Avaliação. Assim, em 2015, organizou-se uma Comissão de Avaliação do Programa, com o objetivo de estabelecer um modelo coletivo de avaliação capaz de estabelecer as demandas internas e criar uma dinâmica de ações para viabilizar avanços ainda maiores.

Na história do Programa, havia algum modo de avaliação. Em 2015, a diferença é que a Comissão, composta por docentes e discentes, iniciou um processo mais sistematizado de avaliação, aspecto importante para integrar o maior número de pessoas e viabilizar a participação dos agentes do Programa. As atividades dessa comissão continuaram em 2016, 2017 e 2018. Foram realizadas avaliações e divulgação dos resultados entre os discentes e docentes, assim como sistematização de informações para deliberação por parte do Colegiado e do Corpo Docente do PPGE. As discussões dessa Comissão resultaram na alteração curricular do Curso de Doutorado, no ano de 2016, bem como na revisão dos encaminhamentos das disciplinas que já existiam. O desafio consiste em construir uma cultura de participação, pois apenas assim teremos condição de avançar na qualidade da nossa Pós-Graduação. Sem a participação não é possível avançar. O Programa faz-se no cotidiano, muito embora existam as normatizações e órgãos externos de avaliação. A vida do PPGE tem relação com as pessoas que estão no programa, alunos e professores. A coordenação e o colegiado não podem definir os temas prioritários; ao contrário, as prioridades devem sair do coletivo. O papel da coordenação é criar condições para que esses temas apareçam nas discussões acerca do programa.

Os dois principais desafios consistiram, portanto, em atender aos elementos de avaliação externa e estabelecer parâmetros internos de avaliação. Essa observação evidencia que o Programa procura organizar-se a partir da Ficha de Avaliação da Área/Capes, sem deixar de considerar os desafios internos como elementos fundamentais para aumentar a qualidade do Mestrado e do Doutorado.

PE: Quais as principais conquistas obtidas na sua gestão como coordenador?

NC: A primeira preocupação foi manter a política de gestão das coordenações anteriores, atentando para avançar nos quesitos avaliativos externos (Proposta Curricular do Programa, Corpo Docente, Corpo Discente, Tese e Dissertações, Produção Intelectual e Inserção Social). Esse aspecto foi garantido, pois obtivemos conceito Muito Bom em todos esses quesitos, permitindo elevação do Programa à nota 5. A segunda conquista foi a organização de processos

de autoavaliação, gerando reflexões, discussões e dados do que pensam os sujeitos do PPGE. Assim, esses dados permitiram ao Colegiado propor mudanças a fim de ampliar a qualidade do Programa. Essa segunda conquista é muito relevante, pois materializa a atuação acadêmica da coordenação, isto é, mediar os processos de reflexão e intervenção para melhorar a qualidade do Programa.

A principal atribuição de uma coordenação, além de administrar os aspectos da estrutura burocrática, é identificar os desafios de cada momento. E esse processo deve ser feito a partir de instrumentos de avaliação que facilitem a participação coletiva, pois os avanços ocorrem de modo mais forte quando os desafios se originam de debates coletivos e são assumidos pelo conjunto dos sujeitos como uma atividade de todos. Assim, procuramos organizar a coordenação, o que significa dizer que os avanços são resultados do envolvimento coletivo e não de ações do coordenador.

PE: Quais as contribuições do PPGE para a UEPG e para a Educação Básica da região dos Campos Gerais?

NC: Parte dessa resposta está nos comentários que fizemos na questão 1. Aqui, gostaríamos de enfatizar a relação entre Pós-Graduação e Educação Básica. A relação entre Pós-Graduação e Educação Básica é objeto de discussão do âmbito acadêmico, das agências de pesquisa e agentes do campo político. A pergunta recorrente é: as pesquisas têm contribuído para a melhoria da Educação Básica? Debate importante, mas complexo. As agências de fomento e alguns setores de autoridades políticas esperam respostas assertivas da pesquisa educacional, gerando efeito de sentido de que a qualidade da Educação Básica está atrelada ao conhecimento produzido na Pós-Graduação. Em geral, esperam-se respostas do campo científico às demandas sociais e educacionais. Em princípio, essa expectativa está no próprio nascimento das ciências. No entanto, a relação entre o conhecimento produzido e os espaços de intervenção política é mediada por um conjunto de variáveis. A relação não é imediata. Embora algumas pesquisas guardem relações mais próximas com a prática pedagógica da Educação Básica, ainda assim a articulação demanda mediações. É preciso dizer que a principal atribuição da Pós-Graduação é produzir conhecimento. É essa dimensão que permite ao campo acadêmico alçar-se no âmbito das políticas e das práticas a fim de intervir e contribuir para o avanço da Educação em geral, seja na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

No âmbito das políticas educacionais são fundamentais as pesquisas acadêmicas, pois é necessário contrapor-se às reformas que, em regra, são capitaneadas por organizações internacionais, institutos ou fundações privadas. As produções acadêmicas podem converter-se em frentes de combate às reformas levadas adiante sem considerar consensos importantes do campo acadêmico. Talvez, o aspecto mais recente trata-se da reforma do Ensino Médio. Aqui, sem dúvida, faz-se necessário o uso do conhecimento produzido na Pós-Graduação em Educação para contrapor-se aos dados produzidos no campo político, sob a fiança de setores privados interessados em transformar esse nível de ensino em um espaço de mercado.

Enfim, a Pós-Graduação tem cumprido seu papel primordial que é a produção de conhecimento. O desafio é como converter esse conhecimento em políticas públicas. Nessa trincheira, as universidades são rivalizadas por outros espaços, como as entidades de iniciativa privada. Entretanto, há experiências significativas de articulação entre os conhecimentos produzidos na Pós-Graduação e municípios brasileiros, destacando-se o Projeto Alfalettar na Rede Municipal de Lagoa Santa (MG), experiência retratada e publicada em forma de dossiê na Revista *Práxis Educativa* (2018).

Além disso, é possível destacar o sentido dos conhecimentos produzidos nas dissertações e nas teses do nosso Programa, seja na Linha de História e Política Educacionais ou na Linha de Ensino e Aprendizagem. Exemplifiquemos essa relação com as dissertações e as teses produzidas sobre o ensino de Matemática. O nosso Programa tem produzido um número considerável de pesquisa que trata da Modelagem Matemática como possibilidade de ensino na Educação Básica. Essas pesquisas, sem dúvida, podem contribuir com o processo de ensino e aprendizagem da matemática no Ensino Fundamental e Médio. No entanto, de modo geral, ainda prevalece, na Educação Básica, ensino de Matemática atrelado ao modelo tradicional (explicação/demonstração do professor no quadro com realização de exercícios, realização de exercício de fixação por parte do aluno e prova ou outro tipo de avaliação que requer aplicação dos modelos feitos). Observemos que as pesquisas em Modelagem Matemática podem permitir outras possibilidades de ensino. No entanto, o uso desses conhecimentos precisa de mediações, pois as pesquisas não resultam de modo automático em políticas de ensino de algum sistema educacional (rede municipal ou rede estadual) ou de instituições escolares. Esse processo demanda que as pesquisas circulem nos cursos de formação inicial (licenciaturas) e nos cursos de formação continuada.

PE: Durante a sua gestão, como foi tratada a questão da necessidade de superação da visão de Curso de Mestrado para a concepção de Programa de Pós-Graduação em Educação, que envolve a institucionalização da pesquisa, grupos de pesquisa, produção acadêmica regular, etc.?

NC: Cremos que esse desafio é antigo e permanente. Desde a fundação do Mestrado em Educação da UEPG, conforme registro das atas do Colegiado, havia a preocupação com articulação entre as pesquisas, os projetos, os grupos, as trajetórias dos docentes. Em 1993, evidencia-se a primeira ação de professores e da administração da época para a criação de um curso de Pós-Graduação na UEPG. Naquele momento, contou com um convênio com professores da Universidade de Campinas (Unicamp) e com professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O reconhecimento do Curso pela Capes (2001) induziu maior investimento nisso à medida que apenas uma área de concentração passou a existir e houve fixação de docentes em poucas linhas de pesquisas. A partir daí, a primeira medida foi ofertar o curso gratuitamente.

Outro desafio histórico foi o esforço para ampliar o número de professores e estabelecer uma proposta que o conduzisse na direção dos Programas de Pós-Graduação existentes nas universidades dos grandes centros do Brasil. Nesse sentido, em 2003, a reformulação do currículo procurou atender àquela demanda. Em 2007, o PPGE recebeu nota 4 da Capes que deu nova representação interna e externa ao Programa. Nesse processo, houve estabilidade do corpo docente e definição mais precisa do que caracterizaria um Programa de Pós-Graduação. Nos anos seguintes, mantiveram-se essas condições e ampliaram-se as possibilidades ao ser aprovada a proposta de Doutorado, com início em 2011.

O circuito Mestrado/Doutorado conforma o Programa de Pós-Graduação que tem como principal finalidade formar pesquisadores de alta qualidade e capazes de atuarem no Ensino Superior e expandirem campos de pesquisa em outras instituições. O desafio é converter essa formalização em condição orgânica. E o avanço perpassa pelo trabalho coletivo. É possível dizer que a atuação e os resultados oriundos da Comissão de Avaliação (criada em 2015) foram os principais elementos desse período de nossa gestão, pois trouxeram dados para alterar algumas experiências. No entanto, esse desafio é permanente e perpassa, inexoravelmente, por empenho de todos. A coordenação pode criar condições de mediação, como aquele que gerou a Comissão de Avaliação, mas os avanços dependem do envolvimento dos sujeitos que constituem o PPGE. Avançamos muito nesses quase 25 anos do Programa, mas podemos avançar muito mais.

PE: A avaliação dos Programas de Pós-Graduação no Brasil é sempre uma preocupação central das Instituições, coordenadores, corpo docente. Na última avaliação quadriênial (2013-2016), cujos resultados foram divulgados em 2017, o PPGE da UEPG foi avaliado com nota 5. No período de sua gestão como coordenador, quais as principais ações que foram realizadas para atender aos padrões da avaliação da Capes?

NC: Duas ações foram importantes. Uma, coordenar a partir das orientações do documento de Área da Educação (Capes), da avaliação do PPGE do triênio 2010-2013 e dos regulamentos internos da UEPG. Outra, estabelecer processo interno de avaliação para que a dinâmica do Programa não fosse apenas o cumprimento das determinações externas. Não pode ser apenas isso. Acima de tudo, há um desafio acadêmico e político na Pós-Graduação, a saber: produzir conhecimento com qualidade e vislumbrar a sua função social. Nesse sentido, a gestão desse período procurou captar, por meio dos resultados das atividades da Comissão de Avaliação, os desafios externos e internos. Assim, a elevação do PPGE à nota 5 é resultado de um trabalho coletivo dos atuais docentes e discentes, mas também de todo um movimento histórico, cujo processo tem relação com a criação do Mestrado (1993), o reconhecimento do Curso junto à Capes (2001), a reformulação da estrutura curricular e pedagógica (2003-2004), a elevação à nota 4, desde o triênio 2004-2006 e a discussão e a sistematização de uma proposta de Doutorado (2010-2011). Esses aspectos é que devem mobilizar os docentes e os discentes do nosso Programa. Desse modo, o cumprimento das exigências da avaliação externa deve ser resultado de um trabalho interno e coletivo, comprometido integralmente com a “vocação acadêmica” e com a “vocação política”, para parafrasear Max Weber.

PE: Após criação do Doutorado e a manutenção da nota 4, quais foram as ações para avançar na qualidade do Programa no triênio 2011-2012 e quadriênio 2013-2016 e chegar à nota 5 na avaliação da Capes?

792

NC: Reiteramos que a nossa contribuição pode ser sintetizada em duas ações principais: a manutenção do modo de gestão anterior, que foi organizar o PPGE a partir das normatizações externas e mobilizar docentes e discentes para assumir esse desafio coletivamente. Ao lado disso, a outra ação foi criar mecanismos para pensar que o PPGE não deve estar atrelado apenas a atender às demandas de avaliação da Capes. Sem dúvida que esse atendimento está presente no Programa, mas ele não deve e não deverá ser um fim em si mesmo. O fim deve e deverá ser a produção de conhecimento e de ações para converter esse saber em processos de intervenção política. A rigor, nesse período, apenas tomamos os objetivos do PPGE como premissas. Em especial o objetivo “formar pesquisadores e contribuir para a formação de profissionais na área da Educação com vistas à produção do conhecimento, seu avanço qualitativo e sua transformação” foi o principal horizonte de nossa gestão. Esse deve ser o fim do PPGE. O atendimento aos quesitos de avaliação da Capes deve ser entendido como parte dos meios para se chegar ao fim. O que não podemos fazer é converter os meios em fins do nosso Programa.

PE: Por favor, deixe uma mensagem para os atuais (e futuros) docentes e estudantes do PPGE da UEPG, a partir de sua experiência como docente, pesquisador e coordenador.

NC: O PPGE compõe um conjunto de Programas da UEPG. Por meio do PPGE, os docentes e os discentes inserem-se na comunidade de pesquisadores de Pós-Graduação. É um desafio ingressar e manter-se em um Programa de Pós-Graduação, pois as exigências da comunidade científica são cada vez mais intensas e extensas. Por outro lado, o pertencimento ao PPGE permite que possamos produzir pesquisas em nível de Mestrado e Doutorado. Hoje, talvez mais do que outros momentos, o contexto de internacionalização exige que nossas pesquisas se

potencializem em nível internacional, não apenas reduzidas aos contextos regional e nacional. É um grande desafio para o nosso Programa. O horizonte de todo professor e estudante deve ser a produção de pesquisa com qualidade e potencialidade para o debate acadêmico regional, nacional e internacional. Ao mesmo tempo, todo conhecimento deve conter em sua premissa a possibilidade de transformar-se em saber para melhorar e transformar a vida humana, em especial a vida das pessoas que estão nos espaços de educação escolar e/ou outros espaços de formação.

É importante assinalar que os desafios nos movem. E os desafios atuais são diversos. Temos necessidades internas importantes a serem resolvidas, entre elas, a dificuldade de estrutura da UEPG. Sentimos necessidade de mais espaço físico, como salas de aulas, auditórios, etc. O corte no financiamento da Pós-Graduação é outro grande desafio. Em síntese, é necessário indicar os desafios que demandam respostas dos órgãos externos e da administração da UEPG, mas também os que cabem a nós enfrentarmos, como fortalecimento interno do PPGE; ampliação da cultura de cooperação, de discussão, de permanência dos docentes e dos discentes; ampliação dos convênios de cooperação nacional e internacional.

Merece destacar que o PPGE não tem autonomia absoluta, pois faz parte das relações de forças do campo acadêmico, resultando na necessidade de seguir determinadas regras, a exemplo do processo avaliativo da Capes. Ao mesmo tempo, está em um campo de luta que não sofre uma determinação absoluta. Há uma autonomia relativa, um espaço de ação, permitindo que professores e alunos possam pensar, refletir e discutir a respeito do próprio PPGE.

Prof.^a Dra. Simone de Fátima Flach (a partir de 20 de agosto de 2018)

PE: Qual a importância e o significado do Mestrado/Doutorado em Educação da UEPG para a instituição e para a comunidade?

SFF: Um Programa de Pós-Graduação em Educação impulsiona o desenvolvimento educacional da região, visto que possibilita a qualificação de docentes e forma novos pesquisadores na área. Além disso, colabora na condução de políticas educacionais locais e regionais, visto que as pesquisas focam de forma direta ou indireta a oferta educacional (acesso, permanência e ensino de qualidade), a formação de professores, o planejamento, a execução e a avaliação de políticas educacionais. Não há como ficar imune às análises realizadas. Nesse sentido, ao colaborar com o desenvolvimento educacional local e regional, o PPGE dá maior visibilidade à Instituição, visto que a projeta ao centro do debate acerca do desenvolvimento de novas pesquisas educacionais.

PE: Quais os principais desafios que você tem enfrentado na sua gestão como coordenadora do PPGE/UEPG?

SFF: Em início de gestão, é possível apontar que o maior desafio a ser enfrentado é a manutenção da qualidade até então alcançada (evidenciada pela avaliação CAPES, nota 5, no quadriênio 2013-2016), a manutenção e a ampliação da qualidade da produção intelectual de docentes e de discentes e a implementação de ações que visem a inserção do PPGE em um processo de Internacionalização da Pós-Graduação.

Portanto, até o final do ciclo avaliativo, 2017-2020, o monitoramento das produções intelectuais de docentes e discentes (egressos) talvez seja o maior desafio, visto que as condições de trabalho impostas aos docentes do Ensino Superior exigem, cada vez mais, que tarefas extras

sejam assumidas em detrimento da dedicação à pesquisa científica (carga horária de aula ampliada para suprir falta de docentes, participação em comissões, etc.).

PE: Quais as principais conquistas obtidas na sua gestão como coordenadora?

SFF: Não é possível ainda indicar.

PE: Quais as contribuições do PPGE para a UEPG e para a Educação Básica da região dos Campos Gerais?

SFF: Conforme apontado na primeira pergunta, em razão da produção qualificada e a inserção na comunidade, o PPGE projeta a UEPG a patamares de reconhecimento social e científico, visto que as pesquisas desenvolvidas colaboram para a análise sobre as ações desenvolvidas e para a condução de novas ações político-educacionais que tenham como objetivo a melhoria da oferta educacional na região.

No entanto, ressalta-se que tais contribuições dependem da interlocução da Instituição (e seus docentes) com os agentes públicos responsáveis pelas ações político-educacionais, fato que não é linear ou tranquilo, visto que se caracteriza como um embate de forças políticas, sociais e, até mesmo, partidárias. No entanto, de forma geral, o PPGE vem colaborando para o debate acerca das ações em andamento e para o delineamento de novos encaminhamentos educativos.

PE: Por favor, deixe uma mensagem para os atuais (e futuros) docentes e estudantes do PPGE da UEPG, a partir de sua experiência como docente, pesquisadora e coordenadora.

794

SFF: Acredito que a Pós-Graduação em Educação tem como função formar quadros qualificados de pesquisadores, os quais possam realizar o enfrentamento e propor possíveis soluções para os problemas educacionais locais, regionais e nacionais. O desenvolvimento educacional, social e econômico de um país não se dá dissociado do desenvolvimento científico. É aqui que reside a essência do desenvolvimento nacional. No que diz respeito à Pós-Graduação em Educação, é possível afirmar que as pesquisas desenvolvidas em sua esfera de atuação colaboram para o avanço de toda a sociedade.

Por isso, a Pós-Graduação não tem apenas função científica, ou seja, de desenvolver novos conhecimentos acerca da Educação, mas essencialmente social, visto que as pesquisas desenvolvidas têm um impacto direto na condução e na análise da educação ofertada à população, podendo colaborar para a melhoria da vida de toda a população em seu conjunto e não de forma isolada.

Estar na Pós-Graduação, seja como docente ou discente, é uma grande responsabilidade, pois, para além do investimento público investido, as ações desenvolvidas têm a responsabilidade de desvelar as contradições da realidade com vistas à sua transformação, indicando possibilidades para a melhoria das condições de vida de todos. Desse modo, para além de um possível *status social*, a Pós-Graduação é uma opção de trabalho, de pesquisa e de vida, que exige dedicação e compromisso por parte de docentes e de discentes.